

Explorando perfis de vulnerabilidade para uma sensibilização do risco. Contributos do Projecto EU Kids Online.

Cristina Ponte – FCSH-UNL / EU Kids Online 2

Daniel Cardoso – FCSH-UNL / EU Kids Online 2

Para uma definição do problema

A exploração de determinado assunto começa habitualmente com a definição do tema. No caso do *cyberbullying*, porém, até isso parece ser um começo espinhoso. Procurar definir o *cyberbullying* face ao mais tradicional *bullying* remete constantemente para a querela entre as diferenças – ou semelhanças – entre as dinâmicas sociais tecnologicamente mediadas (especialmente as informaticamente mediadas) e as que se processam face-a-face.

O Center for Disease Control (CDC) americano define *bullying* como o acto em que “uma pessoa ou grupo tenta repetidamente causar mal a alguém que é mais fraco [...] seja por ataques directos ou indirectos”.¹

“*Cyberbullying* envolve o uso de tecnologias da informação para intimidar, incomodar, vitimizar ou agredir um indivíduo ou grupo de indivíduos. Foi também já definido como “o uso de tecnologias de comunicação e informação como forma de levar a cabo comportamentos deliberados, repetidos e hostis contra um indivíduo ou grupo, com a intenção de causar dano (Belsey, N/D, p. 8²).” - Bhat, 2008.

Aqui desde já se levantam uma série de questões que, não contestando a ligação entre o *bullying* face-a-face e o *cyberbullying*, apresentam ainda assim especificidades neste último. Questões essas que têm que ver com a desigualdade de poder, a continuidade do acto e a espacialização ou fisicalidade do acto – para não mencionar o potencial para a permanência e a repetição do acto, ou de registos do acto. Como se pretende demonstrar neste texto, a definição de *cyberbullying* é um primeiro passo que comporta já consigo uma série de pressupostos e constrangimentos teóricos e práticos. Esses constrangimentos não alteram e influenciam apenas a

1 <http://www.nlm.nih.gov/medlineplus/bullying.html>

2 Belsey, B. (n.d.). Cyber bullying: An emerging threat to the ‘always on’ generation. Retrieved June 11, 2007, from http://www.cyberbullying.ca/pdf/Cyberbullying_Article_by_Bill_Belsey.pdf

forma de fazer pesquisa sobre o assunto, mas também a postura de intervenção perante esta dinâmica social a adoptar.

Se a definição de *cyberbullying* estiver apenas dependente da definição tradicional de *bullying* à qual se acresce a dimensão da mediação tecnológica, ganha-se analiticamente a capacidade de não enquadrar esta prática (ou grupo de práticas, na verdade) como algo de automaticamente novo. Perde-se, porém, a capacidade de explicar algumas das diferenças substanciais que este estrato de mediação vem permitir. Não que estas diferenças, que iremos seguidamente expor, alterem fundamentalmente a natureza dos actos e das implicações. Antes, aquilo que se verifica são diferentes expressões, diferentes possibilidades e papéis abertos pela distância criada pelas tecnologias de informação.

Wolak, Mitchell e Finkelhor (2007), baseando-se num inquérito realizado por telefone a uma amostra estatisticamente representativa de jovens, dos 10 aos 17 anos, dos EUA (n=1500), avançam, com um número daquilo a que preferem chamar de “assédio online” [“harassment”, no original] – 9% dos jovens foram vítimas. Das situações em torno desses 9% de jovens, apenas cerca de 25% dos casos envolveram reincidência da agressão, com sofrimento para as vítimas e/ou envolvimento de figuras adultas. Dado os resultados mais gerais (presença forte do género feminino como agressoras, relativamente reduzido nível de incómodo/sofrimento declarado pelos jovens, alteração da percepção do incómodo de acordo com o local de acesso, entre outros), os autores sugerem então que não se aplique o conceito de *cyberbullying* a “todas as formas de agressão interpessoal, dada a grande variedade nas suas características” - daí o recurso à expressão “assédio online”. Para estes autores, deixar-se-ia a definição de *cyberbullying* para os casos em que o assédio online é acompanhado de actos verbais ou físicos sem a faceta da mediação tecnológica.

De facto, se recorrermos à definição típica de *bullying*, que se centra em torno de três aspectos principais (actos agressivos com intenção de causar dano, repetição, desequilíbrio de poder entre perpetrador e vítima), vemos que é problemático identificar todos os três em casos de *cyberbullying*, de forma unívoca. Especialmente no que diz respeito aos últimos dois pontos – a repetição é, por um lado, mais difícil de determinar (como saber se um determinado acto está a ser repetido por uma mesma pessoa ou conjunto de pessoas, de forma concertada?) e, por outro lado, mais fácil de conseguir mesmo sem intenção directa por parte do agressor (os conteúdos digitais podem ser replicados, difundidos e reutilizados muito facilmente, sem que qualquer uma das partes tenha controlo imediato ou directo sobre a situação, mesmo querendo); os desequilíbrios de poder tornam-se mais difíceis de determinar (pela falta da componente física imediata), podem relacionar-se muito mais com o facto de a vítima conhecer ou não o agressor (o que nem sempre é fácil de saber, mesmo para a própria vítima, dada a possibilidade de se utilizar mais que uma

identidade/perfil/e-mail) e podem ser relativamente placados através do bloqueio do contacto por parte da vítima, podendo também ser muito fortemente correlacionados com o estado psicológico da vítima ou com a componente idade (como, de resto, o estudo de Wolak *et al* parece apontar, e que não é necessariamente fácil de determinar para quem está na posição de vítima). Situações que, a princípio, poderiam não se configurar como *cyberbullying*, podem transformar-se em tal – a difusão de mensagens ou imagens obtidas através de *sexting* é um exemplo disso.

Porém, o panorama do *bullying* e do *cyberbullying* não se divide apenas no binómio vítima-agressor, nem mesmo esses dois papéis têm necessariamente que corresponder apenas a pessoas diferentes. Vítima e agressor podem ser, na verdade, a mesma pessoa em momentos distintos – não esquecendo aqui também o papel do espectador. Embora esta figura possa aparecer diminuída nos casos de agressão online que envolva comunicação de um-para-um, a verdade é que alguns tipos de *cyberbullying* vivem precisamente da existência de espectadores – a divulgação massificada de imagens ou informações privadas ou perturbadoras funciona na medida em que estas são vistas, mesmo que não possam ser posteriormente retransmitidas.

Igualmente, e como o caso de Lori Drew³ não nos deve fazer esquecer, nada obriga a que as interações no campo do *cyberbullying* se atenham a faixas etárias semelhantes. Embora essa pareça ser a tendência predominante, há sempre que manter em mente os casos de excepção. Muitos dos detalhes e problematizações do conceito aqui explorados têm parcialmente que ver com a sensação de impunidade que o agressor possui, muitas vezes, dada a aparência de anonimato – e que encontra o reverso da medalha na possibilidade de a vítima poder também distanciar-se da agressão precisamente pela existência dessa mesma barreira de fisicalidade ausente ou deslocada.

Um retrato social, um fosso digital

Uma das conclusões que se retirou do Projecto EU Kids Online (2006-2009), recentemente terminado, foi que Portugal estava sujeito a um grande fosso digital – um fosso que se alinhava principalmente ao longo da variável idade e, em menor grau, ao longo do estatuto sócio-económico e nível de educação de pais e encarregados de educação.

Estamos actualmente num período de forte investimento tecnológico, com a distribuição de portáteis a quase todos os níveis de ensino, bem como várias outras iniciativas, particulares e privadas, cujo objectivo é aumentar o acesso à Internet e ao computador. E apesar de isto se coadunar com o processo de modernização em que Portugal embarcou com a abertura da sua sociedade no fim da ditadura do Estado Novo, a verdade é que este país ainda reproduz alguns dos padrões de desenvolvimento pré-moderno, como se pode ler no relatório que a equipa portuguesa

3 http://en.wikipedia.org/wiki/Suicide_of_Megan_Meier

apresentou para o Projecto EU Kids Online (Hasebrink et al, 2007).

É ao nível da escolaridade que este ponto mais se torna saliente: segundo dados de 2006, os adultos em idade de serem pais tinham em média cerca de 8 anos de escolaridade, apenas. É entre os 16-24 anos de idade que encontramos a maior percentagem de utilizadores da internet – 83%, segundo os dados de 2007 da OBERCOM.

Estes dados são importantes para percebermos que relação se estabelece entre jovens, pais e as novas tecnologias. Porém, é na escola que mais de metade das crianças portuguesas tem o seu primeiro contacto com a Internet, sendo que esta instituição tem uma “relevância estratégica no que toca à promoção e aumento da literacia para os media e à luta contra a info-exclusão” (Cardoso et al, 2007: 113). E o que se tem assistido é a um discurso que segue uma abordagem *top-down*, em que as crianças são enquadradas como recipientes essencialmente passivos de conteúdos (ou tecnologias) e de formação (que é essencialmente focada nas tarefas escolares e de recolha de informação).

O espaço da escola é também um dos espaços privilegiados do *bullying*, seja ele tradicional ou tecnológico. Como diz Christine Bhat, “o *cyberbullying* pode não decorrer na escola, mas as vítimas desta prática sofrem consequências em contexto escolar” (Bhat, 2008). E, ao contrário da violência praticada em contexto de *bullying*, o *cyberbullying* carece de uma visibilidade óbvia que possa servir de alerta para uma situação de risco. Se a isto juntarmos o facto de estarmos muitas vezes a lidar com populações adultas que se encontram ainda mais longe da realidade da mediação tecnológica do que os jovens que têm a seu cargo, vemos como pode ser um desafio acrescido para professores, educadores, pais e encarregados de educação sinalizar e reagir a este tipo de situações.

O cyberbullying por outras paragens

Apesar da crescente preocupação com este problema, os dados disponíveis ainda são escassos, e boa parte da investigação está por fazer. No entanto, o tema faz parte da agenda pública há mais tempo, nos EUA, o que resulta em maior quantidade de dados disponíveis. A par do estudo referido acima, existem várias outras referências.

Por exemplo, uma notícia de Outubro de 2009⁴, da University of California, Los Angeles, aponta para uma taxa de incidência de cerca de 75% para o *cyberbullying*, segundo um estudo então levado a cabo. O Pew Internet & American Life Project coloca a fasquia nos 32%⁵ (dados de 2007). Poderemos colocar estes números ao lado dos 9% antes referidos e teremos uma discrepância que

4 <http://www.newsroom.ucla.edu/portal/ucla/bullying-of-teenagers-online-is-64265.aspx>

5 <http://www.pewinternet.org/Reports/2007/Cyberbullying.aspx>

abrange os extremos opostos. Uma das explicações possíveis é a que já abordámos: as diferentes concepções do que pode ou não constituir *cyberbullying*, a par com diferentes metodologias de análise. Mas o facto de os próprios jovens parecerem ter alguns problemas em falar do assunto influencia também, certamente, a análise.

Como aponta Anne Collier⁶ no seu blog NetFamilyNews, ao fazer uma resenha destes resultados, é importante colocar em perspectiva qual a atitude dos jovens face a estes tipos (diferenciados) de agressão online e de conteúdos lesivos encontrados, e pesar esse risco contra as oportunidades e as competências que estes jovens podem desenvolver através da Internet e uso das tecnologias de informação – o que faz do bloqueio ou restrição simplista uma medida que vem aumentar o fosso digital e informacional, mais do que ajudar a prevenir seja o que for.

EU Kids Online 1 e os resultados até ao presente

O Projecto EU Kids Online (2006-2009), financiado pela Comissão Europeia, reuniu cerca de 400 estudos sobre crianças e internet de vinte e um países do espaço europeu para proceder à compilação e tratamento dos dados lá contidos. Se, por um lado, diferentes metodologias, abordagens e amostras tornaram esta tarefa algo extremamente complexo, permitiram também criar uma visão de conjunto (embora incompleta) que vem juntar fragmentos dispersos para tentar dar-lhes coerência analítica, indo para além da análise descritiva.

O relatório final do projecto⁷ vem resumir alguns dos dados recolhidos. Os perfis dos jovens utilizadores foram obtidos nos seus traços mais largos, especialmente no que toca à distinção por países. Portugal, que sofre dos constrangimentos acima notados, encontra-se no grupo de médio uso (por parte dos jovens – 65%-85%) e também de médio risco. Segundo o Eurobarómetro, encontramos-nos também no grupo de países em que se considera que a capacidade de os jovens lidarem com os riscos que encontram é relativamente baixa – isto de acordo com a visão que os pais têm dos filhos.

No que diz respeito ao *cyberbullying* em si, e olhando para os dados europeus como um todo, vemos que este é um risco que um em cinco ou um em seis jovens têm de enfrentar – o quarto maior identificado pela equipa internacional de investigadores. Este número, não tão alto como alguns dos valores apontados pela investigação norte-americana, pode ser articulado com os cerca de 15%-20% de jovens que dizem sentir-se incomodados ou stressados com conteúdos ou ocorrências online. Convém frisar que encontrar uma situação de risco não corresponde necessariamente a ser afectado por ela de uma forma irredutivelmente negativa. Coincidentemente,

6 <http://www.netfamilynews.org/2008/10/online-harassment-not-telling-parents.html>

7 <http://www.lse.ac.uk/collections/EUKidsOnline/Reports/EUKidsOnlineFinalReport.pdf>

este é o 4º risco que mais preocupa os pais europeus, também de acordo com o Eurobarómetro (2008).

As recomendações da investigação

Mas, e dentro da filosofia de trabalho do projecto EU Kids Online, não basta a análise dos dados para proceder a uma boa avaliação da situação. O Relatório Final contém também várias considerações e recomendações que se aplicam parcialmente a este assunto.

O primeiro e mais básico tópico é o da necessidade do risco – é ao correr riscos e forçar limites que os jovens “desenvolvem a sua resiliência” (Livingstone & Haddon, 2009). Em nome da protecção não se pode argumentar a negação ao acesso, que se constitui como um direito básico dos jovens.

Porém, um conjunto de recomendações prende-se com o risco – online e offline, e como ambos se correlacionam. Pelo acima exposto, não será difícil perceber então que a ligação – ou a sua *décalage* – entre *bullying* e *cyberbullying* não é caso único, mas entra dentro de um conjunto maior de preocupações com as várias componentes do risco. Como parte integrante da vida dos jovens, as tecnologias da informação estão sujeitas a influências e factores que não são tecnológicos na sua natureza.

Vítimas que são perpetradores, jovens em risco online e jovens em risco offline, grupos e perfis de risco ou de vulnerabilidade – como identificar e como intervir? A verdade é que estas relações são complexas, multifactoriais e ainda muito pouco investigadas. Os resultados científicos sugerem que a existência de riscos de fundo nas vidas destes jovens poderá influenciar os comportamentos online e a procura de situações de risco, ou a incorrência em posições de vulnerabilidade acrescida.

Portanto, o perigo de trabalhar apenas sob o binómio vítima-perpetrador como se ambos os papéis fossem referentes a demografias necessariamente diferentes tem como risco ignorar a possibilidade de existirem comportamentos que são, eles mesmos, indicadores de vulnerabilidade – por muita agressividade que possam demonstrar – e que nem toda a exposição ao risco é indicativa de um quadro de risco geral e preocupante. Não devemos, na preocupação de agir sobre as situações de risco, atropelar ou restringir excessivamente os direitos de quem, ainda assim, escolha colocar-se numa situação de risco que possa ser considerada saudável⁸.

⁸ A este propósito, o testemunho presente no cabeçalho do site cyberbullying.us, do investigador S. Hinduja, é revelador: “Sometimes I get insulted for no reason because i said my mind so then I get into a fight and feel good when i convince the person/change their perspective/prove I'm right because ti shows I have an impact on people. [...] (15 year old girl from Canada)”

EU Kids Online 2 – preparar questões para obter respostas

Na continuidade do EU Kids Online, num novo projecto, EU Kids Online 2, as equipas de 25 países vão agora, não recolher e compilar dados anteriormente gerados, mas trabalhar para a recolha de dados através de um questionário a ser aplicado a uma amostra estatisticamente representativa desses mesmos países – 1000 jovens (9-16 anos) e seus pais, de forma a que se possam correlacionar ambas as vertentes.

O objectivo do novo Projecto, ao se lançar em tão ambiciosa tarefa, é precisamente o de identificar, através dos factores de vulnerabilidade, quem está ou não em risco, tanto a nível individual como a nível nacional e também, associado a isto, de que forma diferentes estratégias de mediação parental e de *coping* por parte dos jovens produzem melhores resultados, dentro de uma perspectiva do *empowerment* e da proactividade e autonomia desses mesmos jovens.

E precisamente porque essa foi uma das fragilidades identificadas nos estudos recolhidos pelo projecto anterior, a recolha de dados não contemplará apenas uma faceta quantitativa mas também qualitativa – neste caso, uma pergunta aberta (um compromisso entre a necessidade de dados qualitativos e a dimensão da tarefa). A voz dos jovens terá que se fazer ouvir se quisermos realmente olhar para a perspectiva dos utilizadores com os quais mais nos preocupamos no campo da pesquisa.

No entanto, a procura de informação tão sensível como aquela que rodeia o tópico do *cyberbullying*, do consumo e produção de pornografia, etc., requer preocupações éticas de elevado grau, especialmente se tivermos em conta a demografia abrangente em termos etários.

Com esse fito, e seguindo de resto as indicações do Guia de Boas Práticas para pesquisa sobre Crianças e Internet, do EU Kids Online, disponível online⁹, as perguntas serão traduzidas para cada um dos países com o máximo dos cuidados e a própria aplicação do questionário, de forma presencial, permitirá ao aplicador saltar questões que possam estar para além do plano de experiência de cada um dos jovens entrevistados, com base nas perguntas antecedentes.

Os primeiros resultados deste inquérito serão divulgados no segundo semestre do próximo ano e apresentados em cada país pelas equipas nacionais do EU Kids Online 2. Quando o Projecto encerrar, em 2011, os dados mais finamente tratados serão também disponibilizados. De acordo com o plano traçado, poderemos então aí, finalmente, obter um olhar de conjunto sobre a Europa e, ao mesmo tempo, de pormenor sobre cada um dos países intervenientes. As perguntas sobre práticas e atitudes serão complementadas com as vozes dos jovens, com o seu discurso e a sua visão sobre as suas experiências – eles que, no fim de contas, são a geração para lá do fosso digital e a partir da qual surgirá, eventualmente, a primeira geração a ter a Internet como um dado adquirido, como um

⁹ http://www.lse.ac.uk/collections/EUKidsOnline/Reports/D4.2_ISBN.pdf

veículo quasi-universal de acesso à informação.

Bibliografia

Bhat, C. (2008). 'Cyber Bullying: Overview and Strategies for School Counsellors, Guidance Officers and All School Personnel'. *Australian Journal of Guidance & Counselling*, Volume 18, Number, pp. 53–66

Cardoso, G., Espanha, R., & Lapa, T. (2007). *E-Generation: os usos de media pelas crianças e jovens em Portugal*. Lisboa: CIES/ISCTE.

Hasebrink, U., Livingstone, S., Haddon, L., Kirwill, L., & Ponte, C. (2007). *Comparing Children's Online Activities and Risks across Europe. A Preliminary Report Comparing Findings for Poland, Portugal and UK*. London: London School of Education, Project EU Kids Online.

Hinduja, S., Patchin, J. W. (2008). 'Cyberbullying: An Exploratory Analysis of Factors Related to Offending and Victimization', *Deviant Behavior*, 29: 2, 129 — 156

<http://ajp.psychiatryonline.org/cgi/content/full/165/6/780>

Livingstone, S., Haddon, L., (2009). *EU Kids Online: Final Report*. LSE, London: EU Kids Online. (EC Safer Internet Plus Programme Deliverable D6.5)

Wolak, J., Mitchell, K. J., Finkelhor, D. (2007). 'Does Online Harassment Constitute Bullying? An Exploration of Online Harassment by Known Peers and Online-Only Contacts'. *Journal of Adolescent Health*, 41, S51–S58